REUNIÃO DE CÂMARA

ATA Nº 20 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023

(N. º1 do Artigo 57, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

ABERTURA

Ao vigésimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, nesta vila de Almeida, foi realizada a reunião ordinária, sob a Presidência do Senhor António José Monteiro Machado, estando presentes os Senhores Vereadores Alexandre Manuel Fernandes Gonçalves, Alcino Miguel dos Santos Morgado e Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho.

FALTAS

Verificou-se a falta da Senhora Vereadora Maria da Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro, por se encontrar ausente do Concelho, ao serviço do Município, a fazer o acompanhamento de utentes do Centro de Saúde de Almeida e extensão da Unidade de Vilar Formoso, beneficiários de operação às cataratas.

Atento o fundamento e a justificação acima descrita, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, considerar justificada a referida falta, nos termos da alínea c) do artigo 39.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

I -PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Junção de Elementos

O Senhor Presidente da Câmara solicitou ao secretariado, a entrega aos Vereadores de documento relativo ao "Mapa Pessoal 2024", para substituição do que foi previamente enviado e a entrega de documento relativo a "Acordo de Consórcio para Implementação da Estratégia: Rede de Cidades Sustentáveis e Climaticamente Resilientes das NUT II Centro e Alentejo".

2. Introdução de Assunto na Ordem do Dia

O Presidente da Câmara solicitou a introdução na Ordem do Dia de alguns assuntos, nomeadamente, de "Atribuição de Subsídio à Fundação Família Luzia Esteves Pinheiro - Pedido de Colaboração para obras de Conservação e Reabilitação da Igreja Matriz da Malhada Sorda",

cujo assunto não foi atempadamente inscrito na Ordem do Dia mas, cuja documentação foi enviada previamente, para apreciação dos Senhores Vereadores e o "Acordo de Consórcio para Implementação da Estratégia: Rede de Cidades Sustentáveis e Climaticamente Resilientes das NUT II Centro e Alentejo". Proposto a votação, foi deliberado, por unanimidade, a introdução dos assuntos anteriormente citados, passando os mesmos a constar como pontos n.º 8 e 9, respetivamente e sequencialmente, na Ordem do Dia, em PERÍODO DE ASSUNTOS NÃO AGENDADOS NA ORDEM DO DIA.

3. Assuntos de Interesse Municipal

O Vereador Alexandre Gonçalves referiu que ficou muito satisfeito por ver "mexidas" na evolução da obra da Rua do Comércio, em Vilar Formoso, questionando se são consequência de alguma resposta por parte das Infraestruturas de Portugal. O Senhor Presidente respondeu-lhe que até à data não houve qualquer resposta por parte da empresa, sobre este assunto.

4. ATA

4.1. Ata n.º 19, de reunião de Câmara de dia 07 de novembro de 2023

O Senhor Presidente da Câmara, submeteu à aprovação, a Ata da reunião ordinária de 07 de novembro de 2023, com dispensa de leitura, em virtude do respetivo texto ter sido previamente distribuído por todos os presentes, nos termos do disposto no art.º 4.º do Decreto Lei n.º 45362, de 21 de novembro de 1963, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com as devidas correções assinaladas nas páginas dois e nove.

II - ORDEM DO DIA

---

1. **DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**
   1.1. Licenciamentos de Obras Particulares – Mapa N.º 6/2023;
   1.2. Outorga de Escrituras de Justificação;
2. **SUBSÍDIOS**
   2.1. À Mordomia da Aldeia de S.Sebastião – Festa em Honra de São Sebastião 2024;
   2.2. À Associação de Caçadores Senhora do Mosteiro e São Tiago, de Junça e Naves;
   2.3. Donativos Natalícios às IPSS's do Concelho de Almeida;
   2.4. Apoio à Aquisição de Cadernos de Atividades;
3. **APOIOS SOCIAIS**
   3.1. Cartão Social Municipal – Redução de 50% nas tarifas de água e saneamento;
4. **EDUCAÇÃO**
   4.1. Nomeação de Representantes do Município para o Conselho Geral;
5. **PAGAMENTO DE FATURAS**
   5.1. Pagamento de faturas em prestações;
6. **ORÇAMENTO**
   6.1. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024;

7. MAPA DE PESSOAL 2024

III – ASSUNTO NÃO AGENDADO NA ORDEM DO DIA

8. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FUNDAÇÃO FAMÍLIA LUZIA ESTEVES PINHEIRO - PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA OBRAS DE CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DA IGREJA MATRIZ DA MALHADA SORDA

9. ACORDO DE CONSÓRCIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA: REDE DE CIDADES SUSTENTÁVEIS E CLIMATICAMENTE RESILIENTES DAS NUT II CENTRO E ALENTEJO

II - ORDEM DO DIA

1. DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

1.1. Licenciamentos de Obras Particulares – Mapa N.º 6/2023;

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos despachados, exarados no âmbito da Delegação e Subdelegação de Competências no artigo 34.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, respeitantes ao licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 18 de agosto e 09 de novembro, cuja relação se encontra registada sob o mapa n.º 6/2023.

1.2. Outorga de Escrituras de Justificação;

O Senhor Presidente usou da palavra para explicar que, tendo o Município de Almeida, a necessidade de regularizar a situação matricial e registo predial de alguns prédios, propriedade deste Município, inscritos na matriz predial do Concelho de Almeida e que ainda se encontram omissos, propõe que a Câmara Municipal aprove em ata, deliberação que o mandate, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Almeida, como representante do Município de Almeida em escrituras de Justificação Notarial. Mais referiu, que recebeu uma comunicação da Junta de Freguesia de Almeida, relativa a este assunto e que ele decidiu dar andamento ao mesmo, por forma a dar cumprimento às intenções vertidas, de se poder fazer trabalho no Bairro Social. Nesse sentido, tem conversado com a Presidente da Junta, no sentido de se chegar a um entendimento acerca das intervenções e das contrapartidas que se possam vir a fazer, contudo, explicou que tem de ficar habilitado, senão terá de se adiar mais uma vez até dezembro, e para poder haver intervenção, a Câmara tem de ser titular dos terrenos. Relembrou que a intenção do Município é fazer obras para poder dar resposta às necessidades que existem no Bairro, que não são resolvidas nem por habitação a custos controlados, nem por

primeiro direito, tendo mesmo de ser feito um investimento, que pode ou não ter apoio do IRU, mas para isso têm de estar habilitados. Disse que, se não houver entendimento de um acordo com a Junta de Freguesia, bloqueia-se as intenções da Câmara Municipal e terá de se cancelar a escritura que está pré-agendada para o dia 30 de novembro. Referiu ainda que, para além dos terrenos, está também em causa a legalização definitiva do Auditório Municipal. Frisou que não avança sem que haja um acordo com a Junta de Freguesia.

O Vereador Alexandre Gonçalves interveio, dizendo que para eles a posição era desconfortável face à comunicação e ao procedimento daquilo que foi a documentação que lhes chegou. O Senhor Presidente respondeu que colocou aquela informação propositadamente, para se saber qual era a intenção. Sabe que a Câmara a dar essa possibilidade ao Município, o mesmo fica com capacidade para outros eventuais terrenos que apareçam, mas ele trará à Câmara sempre para conhecimento. O Vereador retomou a palavra para dizer que, porque confia na palavra do Presidente, acredita que o mesmo, de futuro trará essas situações a reunião. No entanto, explicou que trazem "um voto contra e uma Declaração de Voto" face à forma como lhes foi enunciado. Mais disse, que é importante que reúna o quanto antes com a Junta de Freguesia para fazer um acordo em relação às compensações em definitivo pelo terreno, pois sabe que a mesma também tem interesse em resolver este assunto o mais brevemente possível. O Presidente da Câmara afirmou que, o que está em aberto é o Município fazer obras numa casa na Praça Dr. Casimiro Matias e haver uma compensação por isso, contudo, disse não ver aqueles terrenos como uma compensação, e sim ser de interesse público ou concelhio fazer-se essas construções, para dar resposta às necessidades instaladas e que são visíveis a toda a gente. Mais disse, que já a questão da troca tem a ver com edifícios que são pertença da Junta de Freguesia, nomeadamente o espaço que está junto ao Auditório e o espaço da Junta de Freguesia, saindo o Município a perder, pois quem ganha são os cidadãos.

A Senhora Vereadora Catarina Vilhena afirmou que a questão é mesmo o compromisso de ficar registado em ata de que isto não avança sem haver o devido acordo com a Junta de Freguesia. O Presidente afirmou que ficasse também registado em ata a questão de que se a Junta de Freguesia não for célere e diligente está a bloquear este assunto, pois na sua opinião há que ser claros e objetivos nas coisas e a Junta não foi, pois, este assunto já foi falado há muito tempo. Os Vereadores decidiram alterar a sua posição, mostrando-se de acordo, não entregando a Declaração de Voto. O Senhor Presidente agradeceu a confiança.

Proposto a votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, e em minuta, aprovar que o Engenheiro António José Monteiro Machado, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Almeida "represente o Município de Almeida em escrituras de Justificação Notarial em que se arroga dona e legítima possuidora com exclusão de outrem de prédios rústicos e/ou urbanos,

inscritos na matriz predial do concelho de Almeida, nomeadamente para efeitos de registo predial, prestando todas e quaisquer declarações nos termos e condições convenientes, ficando sujeito às respetivas e pertinentes advertências de falsas declarações, outorgando e assinando as respetivas escrituras, bem como qualquer retificação, aditamento ou aclaração."

2. SUBSÍDIOS

2.1. À Mordomia da Aldeia de S.Sebastião – Festa em Honra de São Sebastião 2024;

O Senhor Presidente da Câmara apresentou um ofício da Mordomia S.Sebastião 2024, a solicitar apoio financeiro e logístico, para a realização da festa anual em Honra de São Sebastião, a realizar na localidade de Aldeia de S.Sebastião, entre os dias 19 e 22 de janeiro de 2024.

Proposto a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir à Mordomia S.Sebastião 2024, apoio logístico e um subsídio de 200,00€ (duzentos euros), destinado a comparticipar a realização da festa anual em Honra de São Sebastião no ano de 2024.

2.2. À Associação de Caçadores Senhora do Mosteiro e São Tiago, de Junça e Naves

Pelo Senhor Presidente foi presente um e-mail da Associação de Caçadores Senhora do Mosteiro e São Tiago da Junça e Naves, com data de 29 de março de 2023, a solicitar apoio financeiro para Montaria ao Javali realizada dia 11 de fevereiro do corrente ano.

O Senhor Presidente pediu desculpa por só agora este pedido ser presente a reunião de Câmara, mas a morosidade atribuiu-se ao facto de o mesmo ter sido enviado para a caixa de correio eletrónico pessoal, tendo ficado bloqueado.

O Vereador Alexandre referiu que há um Regulamento de Apoio às Associações de Caça e Pesca do Concelho de Almeida que determina os montantes praticados e as formas de como eles devem ser solicitados, pelo que gostavam de ver aquele Regulamento cumprido. A Vereadora Catarina Vilhena disse que, havendo o Regulamento, não há necessidade de se aprovar em reunião de Câmara. O Presidente respondeu que há uma revisão proposta para aquele Regulamento e que, inclusive, ele já esteve a trabalhar com a respetiva Divisão acerca da equidade de tratamento que tem de haver, nomeadamente, na diferenciação das várias atividades.

Após discussão e proposto a votação, foi deliberado, por unanimidade, atribuir à Associação de Caçadores Senhora do Mosteiro e São Tiago da Junça e Naves e conforme deliberação genérica, um subsídio de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), destinado a comparticipar a Montaria ao Javali, realizada a 11 de fevereiro do corrente ano.

2.3. Donativos Natalícios às IPSS's do Concelho de Almeida

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente a Informação número 7514/2023, datada de 03 de novembro do corrente ano, da Técnica Superior Maria José Terreiro Bispo Loureiro, onde se propõe à consideração da Câmara Municipal, a atribuição do valor de 15,00€ (quinze euros), por pessoa, com frequência numa das respostas sociais, de cada IPSS, com o propósito de o Município de Almeida cooperar para uma ceia de Natal mais abundante, à semelhança de anos transatos. Junto, anexou tabela com a listagem das IPSS, com o n.º de frequências, contabilizando 17 instituições, incluindo a ASTA, totalizando-se o apoio no montante de 11.355,00€ (onze mil, trezentos e cinquenta e cinco euros).

Ponderada e apreciada a Informação, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, acolher o teor da sobredita Informação 7514/2023, aprovando a atribuição de um subsídio de 11.355,00€ (onze mil, trezentos e cinquenta e cinco euros), conforme tabela anexa à Informação e determinar à Divisão Administrativa e Financeira, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à integral execução da presente deliberação.

2.4. Apoio à Aquisição de Cadernos de Atividades;

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente a Informação número 7532/2023, datada de 06 de novembro do corrente ano, redigida pela Assistente Operacional, Ana Belen Iglésias Pascual, onde se informa, com base na informação prestada pelo Agrupamento de Escolas de Almeida e em tabela anexa, dos valores a ressarcir a cada ano de escolaridade, conforme o valor de aquisição dos cadernos de atividades, que é variável conforme a plataforma de compra. Informou que a tabela ainda não está completamente fechada, pois ainda se estão a receber faturas, pelo que a deliberação é referente apenas aos elementos que constam em anexo.

Ponderada e apreciada a Informação, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, acolher o teor da sobredita Informação 7532/2023, aprovando a atribuição de um subsídio de 16.508,84€ (dezasseis mil, quinhentos e oito euros e oitenta e quatro cêntimos), conforme tabela anexa à Informação e determinar à Divisão Administrativa e Financeira, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à integral execução da presente deliberação.

3. APOIOS SOCIAIS

3.1. Cartão Social Municipal – Redução de 50% nas tarifas de água e saneamento;

O Senhor Presidente apresentou a Informação 7538/2023, datada de 06 de novembro de 2023, redigida pela Técnica Superior Maria José Terreiro Bispo Loureiro, onde se informa que,

em virtude de serem cumpridos todos os requisitos para a concessão do Cartão Social Municipal ao munícipe André da Câmara Espada, o mesmo foi-lhe atribuído. Nesse âmbito, ao referido munícipe pode-lhe ser concedido, o benefício de redução de 50% no pagamento do consumo de água, saneamento e resíduos sólidos, desde que o contador esteja em seu nome há pelo menos um ano, pelo que a Técnica coloca a consideração superior e respetiva apreciação em reunião de Câmara a proposta.

O Senhor Presidente afirmou que esta situação vem a reunião de Câmara devido ao Regulamento de Águas e Saneamento ainda não estar revisto. Por esse motivo, explicou que há um desfasamento entre a atribuição dos Cartões Sociais e os benefícios no Regulamento de Águas e Saneamento.

Proposto a votação, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, acolher o teor da Informação 7538/2023, aprovando a atribuição do benefício de redução de 50% no pagamento do consumo de água, saneamento e resíduos sólidos, em sequência da concessão de Cartão Social ao munícipe nomeado e determinar às Divisões Administrativa e Financeira e à Divisão de Gestão Urbanística, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à integral execução da presente deliberação.

4. EDUCAÇÃO

4.1. Nomeação de Representantes do Município para o Conselho Geral;

O Senhor Presidente da Câmara Municipal colocou à consideração, a Informação 7323/2023, com data de 25 de outubro de 2023, lavrada pela Técnica Superior Alva de Fátima Sanches dos Santos, onde se informa que, após reunião do Conselho Geral de Educação, realizada no passado dia 12 de outubro, foi solicitado a designação de três elementos do Município para integrarem aquele órgão. Perante o exposto, o Senhor Presidente da Câmara propôs a designação do seu nome, do Dr. Alcino Morgado e da Dra. Alva dos Santos.

Proposto a votação, foi aprovado, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal de designar como representantes no Conselho Geral de Educação a Dra. Alva dos Santos, o Dr. Alcino Morgado e o Presidente da Câmara, Eng.º António Machado.

5. PAGAMENTO DE FATURAS

5.1. Pagamento de faturas em prestações – Belmiro Antunes Vicente;

Foi presente pelo Senhor Presidente da Câmara, um requerimento do munícipe Belmiro Antunes Vicente, a solicitar o pagamento da fatura 23.019/6116, com o valor de 177,01€ (cento e setenta e sete euros e um cêntimo) em várias prestações.

Segundo a Informação n.º 7646/2023, com data de 10 de novembro de 2023, da Coordenadora Técnica Ana Paula Ribeiro da Silva Gonçalves, a mesma reporta que a fatura em causa diz respeito a habitação social pertencente a este Município, situada no Arrabalde de S.Francisco, em Almeida e informa que no Regulamento do Abastecimento de Água em Baixa ao Concelho de Almeida não faz referência ao pagamento das faturas de consumo de água em prestações.

Proposto a votação, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, deferir o requerimento e aprovar o pagamento da referida fatura em 6 (seis) prestações.

5.2. Pagamento de faturas em prestações – Cristina Rosa Ferreira Andrade;

Foi presente pelo Senhor Presidente da Câmara, um requerimento da munícipe Cristina Rosa Ferreira Andrade, a solicitar o pagamento da fatura 019.32659, com o valor de 190,30€ (cento e noventa euros e trinta cêntimos) em várias prestações.

Segundo a Informação n.º 7651/2023, com data de 13 de novembro de 2023, da Coordenadora Técnica Ana Paula Ribeiro da Silva Gonçalves, a mesma reporta que a fatura em causa diz respeito a habitação na localidade de Junça e que a referida munícipe apresentou documentos que comprovam as razões económicas que sustentam o pedido. Mais informa que, no Regulamento do Abastecimento de Água em Baixa ao Concelho de Almeida não faz referência ao pagamento das faturas de consumo de água em prestações.

Proposto a votação, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, deferir o requerimento e aprovar o pagamento da referida fatura em 6 (seis) prestações.

6. ORÇAMENTO

6.1. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024;

O Senhor Presidente apresentou os Documentos Previsionais para 2024, Grandes Opções do Plano e Orçamento, referindo que o Orçamento tenta dar resposta aos compromissos que assumiram como candidatos e lista vencedora e que se propõem fazer durante o ano de 2024. Explicou que o mesmo tenta dar resposta a questões que estão atrasadas e a outras, cujos projetos acabam por estar em condições de se tratar do respetivo lançamento do concurso. Mencionou que, há questões sociais que também pretendem dar corpo, para poder responder atempadamente. Dada a explanação, colocou-se à disposição para o esclarecimento de qualquer questão.

Interveio a Vereadora Catarina Vilhena, no sentido de esclarecer algumas dúvidas quanto a algumas rúbricas. Questionou sobre o valor que existia na Delegação de Competências nas Freguesias, se deixou de existir ou mudou de rubrica, ao que o Senhor Presidente respondeu

que esse valor passou a ser entregue pela DGAL e que está no Orçamento de Estado. A Vereadora questionou sobre o que significa "Iberus - Smart CTD". O Presidente explicou que é uma candidatura que está em curso com a Comunidade Autónoma de Castilla e León. A Vereadora disse ter reparado na dotação de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) para "Armazém e Leilão de Gado Bovino e Ovino", procurando saber o que é que já está feito, ao que o senhor Presidente respondeu que já houve consulta de várias empresas, mas que o projeto ainda não está feito. Questionou a Senhora Vereadora sobre a rúbrica "Habitação Social para Realojamento Bairro Social S.Francisco 1.ª Fase". O Presidente respondeu que tem a ver com o facto de se terem identificado algumas habitações que se podem reabilitar e não tem a ver somente com os terrenos de que estiveram a falar no ponto 1.2 da reunião. Questionou ainda, sobre o que era a rúbrica "Projeto de Habitação a Custos Acessíveis da BSE". O Presidente respondeu que está relacionado com a listagem de edifícios que lhes foi já entregue via correio eletrónico. Explicou que há uma intenção de se formalizar um protocolo e que o valor é muito superior ao que ali está patente, mas que ainda há muitas dúvidas sobre o Programa, porque o custo de habitação tabelada fica na ordem de grandeza dos quatrocentos euros e esse valor não funciona no nosso território pois é uma renda, demasiadamente elevada e a tabela é regional, não local. Questionou a Vereadora sobre a "Eficiência Energética nas Termas Fonte Santa Almeida", ao que o Presidente respondeu que contam que o Projeto esteja concluído até final de dezembro, precisando de ser revisto o funcionamento dos painéis solares. A Vereadora continuou a colocar questões, desta vez sobre a "Conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal", afirmando que se continua a aguardar a conclusão, ao que o Presidente respondeu que sim, se continua a aguardar. Questionou sobre a "RAIA LabCenter". O Presidente respondeu que é um projeto de acompanhamento da incubação que querem ver implementado, estando a fazer consultas para aquisições de espaços e que tem a ver com os audiovisuais, mas que também se pode capacitar para digitalizações e impressões. O que se pretende, referiu, é colocar-se a favor do mercado empresarial, instrumentos que capacitem esses mesmos estabelecimentos, em termos gráficos e em termos audiovisuais. A Vereadora referiu terem reparado que o "Restauro das Portas Interiores de Sto. António" deixou de constar no Orçamento e que verificou ter ficado nos Plurianuais, passando para 2025, questionando o porquê, se não se está a pensar fazer novo concurso. O Presidente respondeu que, em termos de fundos comunitários, não se pode lançar no Programa 2020 porque se lançou concurso três vezes e por três vezes ficou deserto e no 2030 ainda não têm certezas. Mais referiu que fazem uma projeção muito contida de alguns projetos que sabe que estão para ser aprovados no mês de dezembro, como o Pacto, que sabe a quantidade, o dinheiro que podem vir a ter acesso. Informou ainda que solicitou à Secretária de Estado que colocasse as

muralhas de Almeida numa prioridade mais elevada, contudo, com a demissão do Primeiro-Ministro foi desmarcada uma sessão de assinaturas relativa às Muralhas de Castelo Mendo que, no entretanto foi novamente marcada e introduzida essa intervenção neste Orçamento, devendo essas assinaturas acontecerem no dia 27 deste mês, com a Senhora Secretária de Estado. A Vereadora perguntou sobre os Orçamentos Participativos. O Presidente respondeu que mantém aquilo que disse, que enquanto não se resolver os que estão não vai dar seguimento. A Vereadora questionou quando vai resolver os que estão. O Presidente respondeu que, de sua vontade já estavam resolvidos. A Vereadora questionou sobre o "Projeto Hidrológico". O Presidente respondeu que aquele montante é para dar corpo, estando já previsto o ano passado aquando do Saldo de gerência. Referiu que há uma reunião com o Presidente da APA para se discutir o Plano e validar as intenções da Câmara. "Caso eles não mostrem abertura, há que caminhar noutro sentido", referiu. A Vereadora disse ter ficado muito satisfeita com a rúbrica "Ampliação do Quartel dos Bombeiros de Almeida", questionando se faz parte de algum projeto ou candidatura a ser submetida. O Presidente respondeu sim, sendo aquela rúbrica apenas uma indicação, podendo ser alterado o planeamento, dependendo das aprovações. A Vereadora questionou sobre o que era a rúbrica "CôaCriativo", ao que o Presidente respondeu que era um projeto em que eram parceiros e que pertence à Territórios do Côa. Perguntou a Vereadora se a dotação do "Centro de Interpretação e Divulgação do Património Arqueológico Natural" e "Centro de Interpretação da Fronteira" pressupõe a existência de projeto. O Presidente respondeu que não existe projeto, pretendeu-se apenas marcar essa intenção para se poder trabalhar. A Vereadora questionou se o mesmo princípio se aplica à "Casa Maribel" e ao "Espaço Multifunções de Almeida". O Presidente respondeu que, em relação ao "Espaço Multifunções de Almeida" já pediu novamente reunião com a DRCC pois já mandaram alguns elementos das novas propostas, das alterações do projeto de execução. A Vereadora referiu que, o ano passado na rúbrica "Requalificação da Praça de Toiros de Nave de Haver" o valor era de quarenta mil euros e este ano é de cinquenta mil e que na altura lhe foi dito que era para projeto. Questionou se o projeto já está feito. O Presidente respondeu que há um estudo que está a ser feito relativamente à visibilidade da praça. Posteriormente, será necessário fazer um projeto de execução, mas que "o ideal, não sei se algum dia poderá ser feito", referiu. O Vereador Alexandre Gonçalves questionou sobre qual seria o ideal. O Presidente respondeu que o ideal seria fazer uma Praça com uma visibilidade corrigida, onde se tivesse em conta alguns aspetos culturais, podendo ser coberta, podendo ser um multifunções, muita coisa, mas que não existe, afirmando que poderão tentar responder a algumas questões, mas não a todas. A Vereadora Catarina Vilhena perguntou sobre a situação da "Reabilitação do Quartel das Esquadras", uma vez que continua com a rúbrica aberta. O

Presidente respondeu que não tem notícias desde a última vez que esteve com o Secretário de Estado. A Vereadora questionou sobre a intenção da dotação do "Miradouro na Torre do Relógio, em Almeida". O Presidente respondeu que existe um anteprojeto que é para validar, de intervenção exclusiva da Torre e aquele montante pode permitir fazer uma manutenção. A Vereadora respondeu que era importante que se fizesse. O Presidente respondeu que se validarem esse projeto, está na disponibilidade de poder reforçar aquela rúbrica. A Vereadora referiu que, neste momento existe o problema da queda iminente da capela. O Presidente disse que há vários estudos para aquele espaço e que definem o que é de intervir e a capela tem uma construção bastante atual. A Vereadora afirmou que "isso não quer dizer que se despreze". O Presidente afirmou que "não vai desprezar, mas não é uma construção que tenha um interesse elevado para aquele espaço". A Vereadora questionou relativamente à rúbrica "Reconf. Modernização do Museu Militar e Serviços Educativos" e o Presidente respondeu que é um projeto que pretende valorizar o Património. A Vereadora afirmou, no que diz respeito à educação, que antes havia uma rúbrica designada por "Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar" que desapareceu. Questionou se foi substituída pela rúbrica "Educação – Promoção de Sucesso", se era uma questão de substituição de rúbricas, ao que lhe foi respondido que sim e que inclusive já estão a implementar aquele programa há cerca de três anos e ainda não estão aprovados. A Vereadora questionou em relação à "Sub. Unidade de Saúde Ação Social Desporto e Juventude" o enorme aumento que houve de pessoal em regime de tarefa ou avença. Questionou se não há necessidade real dessas pessoas e porque é que se está a optar por este tipo de integração de pessoas, neste caso específico, uma vez que não acontece nos outros departamentos. O Senhor Presidente respondeu que tem havido um crescimento exponencial de pessoal nessa Unidade devido a existir igualmente uma grande procura de projetos, que são atuais. Afirmou que, inicialmente, a sua perspetiva não era ter tanta gente nos projetos, mas estão a funcionar bem, ficando a reflexão do que se poderá fazer para o futuro. Irá fazer-se um balanço das atividades e depois, tomar-se decisões. A Vereadora afirmou ser importante fazer essa reflexão. A Vereadora afirmou que, em relação às "Instituições sem fins lucrativos", a despesa aumentou bastante em relação ao ano de 2023, questionando que instituições são aquelas e o motivo deste aumento. O Presidente respondeu que o valor se baseia no do ano anterior, sendo apenas uma previsão e que as instituições são as IPSS's e o Clubes de Futebol. A Vereadora questionou em relação à rúbrica "Perto de Ti +Saúde", se vai conseguir funcionar só com aquele valor, pois afirmou ser muito pequeno. O Presidente diz que o valor depois pode subir, sendo aquele valor apenas uma perspetiva do custo para por o equipamento a funcionar pois é mais para afinação de equipa, acrescentando que, em termos de despesa corrente, é provável que venha a aumentar bastante. A Vereadora

referiu que a rúbrica do "Estádio Municipal Dr. José Vilhena de Carvalho" vem dotada pela primeira vez, questionando se significa que já existe algum projeto. O Presidente respondeu que existe um projeto que não está totalmente concluído ou validado e que são necessárias fazer duas intervenções, um delas relacionada com a Rua da Raposeira e a outra com a decisão que pode ser tomada no projeto. Explicou ainda, que há duas intervenções que se têm de entrelaçar, obrigatoriamente, que é a questão da Rua e do Estádio, mas que a questão da Rua está bloqueada pela questão das expropriações porque há duas pessoas que não concordaram. A Vereadora questionou se se continuava com o mesmo problema em relação à "Eficiência energéticas das Piscinas". O Presidente respondeu que sim, que continuam sem obter o licenciamento das Piscinas de Almeida. Em Vilar Formoso, o concurso ficou deserto. Disse que o continuam a colocar como prioridades, tendo como intento renovar o projeto, atualizá-lo para se poder implementar. A Vereadora questionou quanto à "Sinalização Vertical da Zona Comercial de Vilar Formoso" já ter sido dotada. O Presidente respondeu que está entregue e o ideal seria ainda fazerem este ano, sendo esta rúbrica um ato preventivo. A Vereadora questionou em relação à sinalização de Almeida, uma vez que já existiram problemas e para quando a mesma rúbrica para a Vila de Almeida. O Presidente respondeu que existe uma rúbrica, a de "Conservação Sinalização Horizontal e Vertical" para o poder fazer. A Vereadora questionou "então para quando vai ser feita em Almeida?", dando como exemplo concreto de falta de sinalização, a Rua Serpa Pinto. O Presidente afirmou serem detalhes para manutenção que nem entram naquela rúbrica para concurso. A Vereadora solicitou essa manutenção. O Presidente respondeu que fica o reparo, perguntando ao que se referia em concreto, porque há várias estradas que estão por pintar e fazer a manutenção em condições, inclusive passadeiras que já não se veem, dando como exemplo, a estrada de ligação Almeida – Figueira Castelo Rodrigo que está já há quatro anos para ser pintada. A Vereadora referiu que sabe que a responsabilidade é das Estradas de Portugal. A Vereadora afirmou ter sido retirada a "Alteração do Entroncamento para a Quinta da Barca", das obras que estavam previstas. O Presidente respondeu que não são uma prioridade, ao que a Vereadora respondeu que são perspetivas. A Vereadora questionou sobre o valor com o Pessoal da Divisão de Gestão Urbanística ter diminuído, dizendo que, no entanto, em 2023 estavam previstos quase 45 mil euros para novos postos de trabalho, que não chegaram a acontecer e que para 2024 não estão previstas novas contratações. O Presidente respondeu que a perspetiva que ali está espelhada é a de já estarem concluídas, mas que tem de referir que é uma perspetiva muito positiva. A Vereadora perguntou se isso significa que as pessoas que estão são suficientes. O Presidente respondeu que foram contratadas pessoas. O Vereador Alexandre Gonçalves questionou se naquele valor já é estimando as pessoas que vão ser contratadas. O Presidente respondeu que não, tem a ver

com as pessoas que já estão. Foi respondido que essa diminuição tão relevante tem a ver o pessoal do armazém e que esta perspetiva já se baseia no novo organograma.

Esclarecidas as questões técnicas, foi apresentado pelos Senhores Vereadores do PS, Catarina Vilhena e Alexandre Gonçalves, uma declaração de voto, a qual se anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante como anexo I.

O Senhor Presidente da Câmara afirmou ter recebido uma comunicação do Partido Socialista em que, tal como o texto lido pelo Senhor Vereador, não referencia, nem menciona que projetos deveriam ser feitos, não passando de uma ideia da necessidade do que os outros possam construir e que, da forma como é explanado, o resultado será zero. Afirmou ser pragmático e que vai continuar a sê-lo, não conseguindo ver da parte do Partido Socialista qualquer proposta que tenha conteúdo para o poder fazer. Afirmou que o que compreendeu da proposta era que o Município aumentasse os impostos municipais para poder haver investimentos e aquilo que está no orçamento que apresenta é o de poder continuar a ajudar as famílias e não fazer avultados aumentos das taxas que estão a ser aplicadas em impostos e não o fazem naquele orçamento. Afirmou continuar a manter a água a preços que estão colocados há mais de dez anos e diminuíram os impostos que estão colocados e à disposição, enquanto a proposta do Partido Socialista é a de aumentá-los.

O Vereador Alexandre Gonçalves afirmou que o Senhor Presidente está a fazer uma observação em termos partidários, contudo, o olhar e a declaração de voto têm muito a ver com a carta preambular. Afirmou que lhe deram referências muito claras e que não têm a ver com o Partido e que foi sim, uma resposta concreta ao que o Presidente escreveu. Referiu que, em termos das escolhas, percebe a objetividade do Senhor Presidente e que eles também lhe deram a sua posição objetivamente, em termos contrários. O Presidente respondeu que vai ser ainda mais objetivo, referindo que "há uma proposta clara, concisa, de intervenção que o Governo se comprometeu com esta equipa, em diversas reuniões em Vilar Formoso e que até agora o que foi feito?" – questionou. O senhor Vereador questionou se estava a referir-se à requalificação da fronteira. O Presidente respondeu que tem a ver com a proposta de valorização da fronteira de Vilar Formoso e "foi feito zero". O Vereador respondeu ao Senhor Presidente que está escrito no texto "que o acompanham nas críticas relativamente à falta de promessa das entidades, pelo que não vale a pena estar a reforçar uma posição que em tudo o que for falta de promessa de qualquer entidade o acompanham, seja qual for o Governo, seja qual for o interlocutor que o Senhor tenha, e ainda há pouco tempo, na Ordem do Dia, estabelecemos consigo uma relação de confiança e que essa sempre será a nossa forma de trabalhar e portanto nós confiamos em si nessa objetividade e também de nós nunca vai ouvir um deturpar de uma visão que quem falha connosco só por uma linguagem partidária ou de

interesses políticos, partidários, nós vamos estar aqui a fazer costas largas, não estamos cá para esse papel, portanto se o Governo falhou, seja ele quem for. Portanto, uma promessa consigo, que é com todos nós, nós temos de reivindicar isso, vamos sempre acompanhá-lo nessa missão." O Presidente referiu "que falharam connosco, de um terço da nossa estratégia. Não podemos ficar com as mãos atadas da forma como estamos a ser tratados, foi feito zero. E aqui em Almeida, as Esquadras! Nós parámos um projeto que até o podíamos ter reconfigurado de outra maneira dentro do 2020 e fomos aconselhados a não prosseguir porque era um projeto ideal para Almeida. Está à vista. Foram as promessas que andaram aqui a fazer no terreno, contra a nossa política local, por isso também têm de ser colocadas às pessoas que andaram a fazê-las". O Vereador disse: "mas entenda outra coisa, que é muito importante e eu percebo a sua desilusão em relação àquilo que é o vosso exercício em relação à gestão da vossa política. Se for entender bem as nossa palavras, nós reivindicamos uma questão de princípios e de intenções, como é óbvio e, portanto, não entenda que nós estamos aqui numa perspetiva de defesa do partido ou dos interesses do Governo porque não estamos, é isso que plasmámos ali". O Presidente disse que também não escreveu qual foi o Governo e até disse coisas antigas. O Vereador disse que pode parecer assim. O Presidente respondeu que também não esperava outra coisa.

Tomou a palavra o Vereador Alcino Morgado para felicitar o Senhor Presidente, dizendo que é claro que o documento tem o seu cunho pessoal, fruto do seu empenho e que, apesar do contributo de cada área, de cada seção, este cunho pessoal é bem visível. Mais disse, que o felicitava, baseando-se em alguns pressupostos, sendo o primeiro o facto de ser um orçamento que combate as agruras e as afrontas a que o poder local tem sido sujeito nos últimos tempos. Afirmou que, na questão da descentralização, tem sido o caos total. Afirmou que se atreve a dizer, que neste momento, e na sua opinião, o poder local é um call-center do Governo situado em país subdesenvolvido, "que faz um trabalhinho bom a baixo custo, somos tarefeiros, meros tarefeiros". Disse que gostaria de dar dois exemplos, quer na Educação, quer na Cultura, que são transferidas competências para o Município com verbas insuficientes, acrescentando que até pode dizer, mais que insuficientes e ainda por cima, de forma atabalhoada. Disse que "se os questionarem, não conseguem dizer que aquilo que lhes é transferido diz respeito a quê, sabendo que é relativo a despesas, mas que despesas? Hoje vão ver as despesas que têm com a escola, o hábito diário e questiona-se como é que se consegue? Hoje, diz compreender como é que o Município tem de fazer cobro a situações que vigoravam há anos, mas que ninguém dizia nada, como fogões estragados nas cantinas, desde estores partidos, chegando à conclusão de que tudo estava a funcionar mal, mas estava, contudo, hoje é mais fácil bater à porta da Câmara porque quem fica mal é a Câmara se não fizer face a estes custos". Nesse sentido, referiu que é

o poder autárquico que merece um louvor. Por outra parte, na Cultura, é transferido o Património, dizendo que pensa que todos os Presidentes de Câmara estavam ávidos para que o Património lhes fosse passado, porque sabem fazer muito melhor que o Governo, mas depois "calma aí. Transferências. Para já, tomem lá verba para pagar um funcionário que fazia parte do Ministério da Cultura e depois quanto ao resto logo se vê, a ver se assinamos aí qualquer coisa, mas quando, logo se vê". Expressou mais uma vez a sua vontade de felicitar o Presidente pois, com este Orçamento, podem continuar a responder, prejudicando-se em termos financeiros, sendo o tal custo social e, por outro lado, o Orçamento acaba por responder àquilo que se propuseram. Referiu que a equipa quando se propôs à Câmara Municipal, propôs-se a levar a cabo um projeto, congratulando-se por neste Orçamento para 2024 ver vertidas muitas daquelas que eram as suas intenções. Afirmou, "que o caminho tem de se fazer caminhando" e que 2024 poderá ser um ano em que se possam concretizar algumas dessas intenções, expressando o seu voto favorável ao documento.

O Presidente de Câmara disse que pretendia reforçar que, em relação às delegações de competências da Cultura foi manifestado interesse em as receber, mas, formalmente, elas ainda não foram entregues.

Proposto a votação, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra dos Vereadores do Partido Socialista, Catarina Vilhena e Alexandre Gonçalves, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 e remeter o documento à Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea c), do n.º 1, artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

7. MAPA DE PESSOAL 2024

Pelo Senhor Presidente foi presente o Mapa de Pessoal 2024, elaborado nos termos do n.º 4, do artigo 29.º da Lei Geral da Função Pública, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. O Senhor Presidente disse que o mapa de pessoal foi condensado, por forma a dar resposta à alteração feita do Mapa de Pessoal e do regulamento e colocar o pessoal em cada uma das divisões, dividindo-os em Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais e houve alterações ao nível da orgânica.

O Senhor Presidente enumerou algumas alterações conforme o mapa era analisado, juntamente com os Vereadores.

Proposto a votação, foi aprovado, por unanimidade, o Mapa de Pessoal para 2024, sendo o mesmo submetido à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento da alínea o), do n. º1, artigo25.º, do Anexo I da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro

III – ASSUNTO NÃO AGENDADO NA ORDEM DO DIA

8. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À FUNDAÇÃO FAMÍLIA LUZIA ESTEVES PINHEIRO - PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA OBRAS DE CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DA IGREJA MATRIZ DA MALHADA SORDA

Foi presente pelo Senhor Presidente, um ofício da Fundação Família Luzia Esteves Pinheiro, datado de 02 de novembro de 2023, a solicitar colaboração no projeto de recuperação da Igreja Matriz de Malhada Sorda. Nele se informa que, dado o panorama económico, o esforço financeiro é elevado e que, a crise existente, não os permite completar todos os elementos do projeto, cujo investimento total excede um milhão e seiscentos mil euros.

O Senhor Presidente propôs à Câmara Municipal, atribuir à Fundação Família Luzia Esteves Pinheiro, um apoio de 5% do projeto que se traduz no montante total de 80.000,00€ (oitenta mil euros), devendo o pagamento de 50% ser feito de imediato, o que importa no montante de 40.000,00€ (quarenta mil euros) e os restantes 50% pagos em duas tranches, de 20.000,00€ (vinte mil euros), cada uma. Referiu que esta obra pode ser candidatada e se for PRR até estão a fazer a mais, contudo de for outro fundo, ficam pelos 15%, 20%.

Proposto a votação, foi aprovado, por unanimidade, a proposta do Senhor Presidente.

9. ACORDO DE CONSÓRCIO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA: REDE DE CIDADES SUSTENTÁVEIS E CLIMATICAMENTE RESILIENTES DAS NUT II CENTRO E ALENTEJO

Foi presente pelo Senhor Presidente da Câmara, a Minuta de Acordo de Consórcio para Implementação da Estratégia: Rede de Cidades Sustentáveis e Climaticamente Resilientes das NUT II Centro e Alentejo, acompanhado de ofício do Município de Viseu, a apresentar convite para integrar o Consórcio, ao abrigo do Aviso MPR-ITI_R_URB-2023-01, designado de Redes Urbanas.

Tomou a palavra o Vereador Alcino Morgado para dizer que, desde a primeira reunião em que se associaram, achou logo a ideia interessante, porque o Município pode, a reboque destes grandes Municípios, parceiros de muita força, ir buscar alguns benefícios.

Proposto a apreciação da Câmara Municipal, foi aprovado, por unanimidade, e em minuta, aprovar o Acordo de Consórcio em apreço, ao abrigo da alínea aaa), do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata. Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11 horas e 20 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente e por mim, Lara Gomes Silva, Assistente Técnica da Divisão Administrativa e Financeira, que a subscrevi.

O Presidente da Câmara _____

Eng.º António José Monteiro Machado

A Assistente Técnica _____

Lara Catarina Pereira Gomes Silva

Declaração de Voto

Documentos Previsionais – Proposta de Orçamento

Stig Dagerman diz-nos que *"A política foi definida como a arte do possível. Parece ser uma definição adequada. O possível é, na verdade, o mínimo pensável. Crer nele significa ter feito uma censura preventiva sobre a possibilidade do risco, da esperança e do sonho."*

A comunicação que nos é remetida pelo Sr. Presidente, com o objetivo de proceder de uma forma preambular ao enquadramento das propostas do orçamento, assim como à justificação das suas posições políticas, em termos do seu exercício executivo, confundem-se com um manifesto simplista, de laivos eleitoralistas de oposição ao governo, ou se quisermos ao poder central.

O balanço claro entre o trabalho realizado, o programado e o "sonhado", não reúnem eco nem estão refletidos, nem nas palavras introdutórias, nem na falta de inovação ou novidade na proposta valorativa do orçamento.

As diferentes constatações sobre os principais problemas do nosso presente social, inscritos numa dimensão macroeconómica, que se pretende e é necessária, não pode ser vulgarizada nem banalizada na falta de visão dos governos, quando não somos capazes de reconhecer na nossa relação com o nosso próprio exercício, a partilha da culpa, na falta de visão estratégica e na reivindicação dos interesses da tão almejada coesão territorial.

As heranças das opções tomadas em termos estratégicos, no âmbito de temas como a mobilidade, as questões logísticas associadas ao nosso poder de território central, no seio dos eixos rodoviários e ferroviários, determinantes no futuro deste território, são evidências claras da ausência de uma qualquer posição ideológica capaz de determinar influência política em qualquer setor ou decisão.

Fazemos aqui um parêntesis, que nos permite acompanhar a preocupação do Sr. Presidente, quanto ao atraso na obra da linha da Beira Alta e ao impacto que esta obra está a ter no nosso município. E se bem que nos preocupa o atraso da mesma, o ver cumpridas as obrigações que devem ser assumidas na recuperação das vias que naturalmente são afetadas, preocupa-nos mais o fim desta operação? Quantas famílias e quantos agentes económicos vivem e sobrevivem hoje numa relação dependente do movimento de trabalhadores associados a esta ação? – Está o executivo pronto para atuar e antecipar o impacto deste futuro próximo?

Os "eixos definidos", transversais a todos os setores de intervenção, que vão da agricultura, ao empreendedorismo e cooperação transfronteiriça, juventude, educação e desporto, património, cultura, etc., estão nas palavras do Senhor Presidente,

Alexandre Gonçalves e Catarina Vilhena
Vereadores na Câmara Municipal de Almeida
Eleitos pelo Partido Socialista

consolidados. Quantos destes meios e instrumentos estão valorizados e de verdade sedimentados no seio de um plano a medio longo prazo, capaz de sustentar uma ideia de desenvolvimento "conjunto", do nosso concelho? – Damos um exemplo prático, alguém conhece a visão política que o nosso executivo defende para a agricultura no nosso concelho?

Ainda assim, acompanharemos sempre a determinação critica do Senhor Presidente sempre que a falta de promessa for assumida por parte de uma qualquer entidade, incluindo os governos centrais. Mas também nos cabe perceber se algumas destas reivindicações não pecam por excesso, dado que para ter implica querer e, na política, o querer exige maior ação e maior capacidade ou vontade de atuar em função do que são os nossos "sonhos". Imaginemos que o governo nos atribuía em definitivo o Pavilhão de Portugal. O que já foi feito em termos de pressão por este executivo para que tal acontecesse? Já temos prevista ou imaginámos a sua localização? Como um simples exemplo.

Ficamos ainda confundidos com a necessidade de afirmação em termos ideológicos, quanto à certeza do Sr. Presidente em torno do PRR. É que na verdade, na longa e vasta lista de projetos de outros municípios a este programa, não encontramos Almeida entre eles; talvez seja por isso que o Sr. Presidente assegura a certeza que afirma, devendo, contudo, na nossa opinião, corrigir-se e dizer que, no caso de Almeida, o PRR não é mais do que um instrumento de orçamentação do estado; assim já entendemos a afirmação.

Da obra em curso, ansiamos que os trabalhos de requalificação da Rua do Comércio cheguem ao seu término, suspeitando da forma como outras são justificadas com o fim de "consolidar uma nova política de descentralização da Autarquia de Almeida". Esta intenção é identificada na designação de equipamentos culturais, em Almeida, Amoreira, Nave de Haver, Castelo Bom e Freineda. Justificamos esta suspeita no exemplo do processo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, na forma como foi realizado. Mas também porque não conhecemos iniciativa nem dinâmicas culturais, na sede destes destinatários, porque na verdade a sua capacidade e disponibilidade financeira, em termos de execução, não sobra para esta missão. A suspeita ainda se torna mais avultada, porque na essência, na iniciativa de descentralização, deve estar associado um programa amplo de intervenção. Na dimensão cultural, do pouco que temos obtido em termos de exposição objetiva, foi em sede de câmara, numa exposição do vereador responsável pela cultura, que nos deu nota do trabalho realizado na criação de eventos de marca.

Sabemos que a promessa eleitoral deste executivo reside num conjunto de grandes investimentos, alguns deles avultados e sem grande justificação em termos do impacto socioeconómico. Sempre referenciámos esta forma de construir e fazer política, como um meio desadequado do nosso tempo, das nossas necessidades e do futuro. Falta-nos ousadia, faltam-nos projetos que arrisquem, que procurem relacionar áreas da economia social, com o potencial do nosso turismo. Estamos ávidos de propostas que nos façam contrariar a inércia de tantos, na transformação e adequação do nosso comercio sobrevivente, que sejamos idealizadores no seio dos instrumentos criados nas dinâmicas transfronteiriças, ao invés de meros agentes passivos, na espera do

Alexandre Gonçalves e Catarina Vilhena
Vereadores na Câmara Municipal de Almeida
Eleitos pelo Partido Socialista

investimento. Que tenhamos um projeto claro na responsabilidade social que nos cabe, quer na relação com a grande maioria da nossa população, na saúde em particular, mas também nos que ainda resistem e que aqui regressam, na educação. Urge uma política clara para a habitação, capaz de nos capacitar num futuro de maior esperança. Defendemos uma política cultural sustentada na memória, abrangente, em termos da valorização e conservação do património, numa articulação com todos os agentes locais, que não se reja pela sobrevivência do imobilizado, nas aldeias históricas, mas que seja capaz de criar, aqui sim, uma identidade e uma marca de todo o concelho.

Por tudo isto votamos contra este orçamento justificando, nas palavras de Stig Dagerman, que lançado o desafio do possível, como o mínimo pensável, ponderados os riscos, traçada a esperança, não encontramos nenhum dos nossos sonhos refletidos na política deste executivo, no seu orçamento e muito menos na carta preambular do Sr. Presidente.

Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho

Almeida, 21 de Novembro de 2023

Alexandre Gonçalves e Catarina Vilhena
Vereadores na Câmara Municipal de Almeida
Eleitos pelo Partido Socialista